



140

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo de Sindicância n°. 05/2021

Solicitante: Direção do CEMEI Pedacinho do Céu

Sindicada: Janise Cunha Amorim

EMENTA: DENÚNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA. DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO LEGAL. COMPROVAÇÃO DA CONDUTA TIPIFICADA DE NATUREZA NÃO ENSEJADORA A APLICAÇÃO DE PENALIDADE MAIS GRAVOSA. PENA DE REPREENSÃO COM ANOTAÇÃO. ART. 167 C/C 192, V, DA LEI COMPLEMENTAR N°. 23/2015.

Relatório

Trata-se de Processo Administrativo de Sindicância instaurado por meio da Portaria/CM n°. 12, de 19 de abril de 2021, em razão da conversão promovida nos autos do Processo Administrativo Preliminar n°. 33/2020, no qual consta solicitação encaminhada pela direção do Centro Municipal de Educação Infantil - Pedacinho do Céu, requerendo providências em razão da conduta da servidora Janise Cunha Amorim em sala de aula e para as providências cabíveis (f. 02).

Encaminhou-se em anexo à solicitação, cópia de atas de reuniões, impressões de páginas do WhatsApp (fls. 03/35) e foram apresentados posteriormente os áudios constantes das mensagens impressas, conforme DVD acostado à f. 49.

Solicitada a prorrogação do prazo de conclusão dos trabalhos, foi deferido e formalizada por meio da Portaria/CM n°. 36, de 28 de julho de 2021, ficando o prazo prorrogado até 08/09/2021.

Designado o dia 09/08/2021 para o interrogatório da servidora, a mesma compareceu, afirmando que as menções constantes dos áudios acostados

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL

foram resolvidas entre ela e a mãe da criança Lívia. Alegou que sempre busca angariar conhecimento para melhor condução das aulas, pois entende que a disciplina em sala de aula é sua responsabilidade e que a edição do vídeo foi apenas de orientação da criança para o respeito à sua avó, tendo o levado à supervisora Marta, para verificar a regularidade, que concordou.

A Sindicada supõe que a reação desproporcional da avó da menor tenha se dado em razão do temor do vídeo ser levado ao conhecimento do Ministério Público e pudesse prejudicar a manutenção da guarda fática da criança em seu poder.

Afirma não haver nenhum excesso na sua disciplina, entendendo que deveria ser criado um projeto pedagógico que pudesse trabalhar o emocional das crianças, para controle da agressividade.

A Sindicada não apresentou a defesa prévia, por ocasião do interrogatório, tendo sido decretada a sua revelia e nomeada defensora dativa, a Dra. Mailane Meireles Alves, que foi intimada para apresentar a defesa prévia no prazo de 03 (três) dias.

Apresentada a defesa prévia, pontuou-se pelas manifestações positivas dos pais em relação à Sindicada, nas reuniões cujas atas foram acostadas aos autos, afirmando não ter havido no vídeo qualquer exposição, agressão, violência ou constrangimento à menor Lívia, pugnando pelo arquivamento do feito e apresentou rol com duas testemunhas e anexou fotos e impressões de mensagens via WhatsApp (fls. 65/90).

Designou-se o dia 20/08/2021, para oitiva das testemunhas arroladas, sendo pela Comissão Sindicante, Marta Mendes Magalhães, Ivanilva Souza Santos e pela Sindicada, Geraldo Afonso Medeiros dos Santos e Diana Cristina Santiago da Silva Reis.

Ivanilva Souza Santos (fls. 110/111), mãe da criança que consta do vídeo, manifestou-se informando que a situação não está resolvida e que não concorda com o vídeo feito pela professora sem autorização. Afirmou que após o episódio a menor relatou que a Sindicada estava "boazinha" e que o comportamento da mesma com todas as crianças melhorou. Alega não possuir nenhum vínculo de amizade com a

Sindicada e que não procede a afirmação de que sua mãe teria temido o vídeo chegar ao conhecimento do Ministério Público.

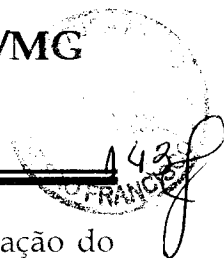
Marta Mendes Magalhães, supervisora do CEMEI (fls. 112/113), informou que existem relatos de outros pais reclamando da conduta da Sindicada com os alunos, tendo uns até manifestado o interesse de retirar as crianças da escola por causa dela. Declarou que a Sindicada é difícil de lidar no ambiente escolar e, quanto à gravação do vídeo, todos os professores sabem que a regra é não fazer fotos ou gravar vídeo sem a autorização dos responsáveis, o que é feito somente em ocasiões de eventos.

Geraldo Afonso Medeiros dos Santos, pai de alunos do CEMEI (fls. 114/115), informou que não tem nada a reclamar da Sindicada, que ela sempre tratou bem a ele e seus filhos, mas afirmou ter presenciado outros pais reclamarem dela em reuniões na escola, não se recordando o que foi falado. Informou que a Sindicada conseguiu controlar seu filho, que não era fácil, nunca tendo sido chamado na escola e que sempre deu a ela liberdade para corrigir seu filho e ela nunca passou dos limites.

Diana Cristina Santiago da Silva Reis (fls. 116/117), afirmou ter conhecido a Sindicada na escola há três anos, nunca fez nenhuma reclamação em seu desfavor, tendo presenciado em algumas reuniões pais reclamarem dela, mas que ela conseguia resolver a situação. Esclareceu que a Sindicada já fez vídeos de sua filha e lhe enviou, cujo conteúdo era as atividades com as crianças.

Promoveu-se a degravação do conteúdo em áudio e do vídeo acostados aos autos, nos quais constam as falas entre a avó da menor Lívia e a Sindicada, percebendo-se que a avó estava visivelmente nervosa e inconformada com a gravação do vídeo com sua neta, tendo inclusive afirmado que a criança foi coagida pela professora. Em relação ao vídeo no qual se verifica a professora Janise conduzindo a menor Lívia a mandar um pedido de desculpas à avó por haver teimado com ela, afirmando que a gravação foi por solicitação da própria menor (fls. 118/121).

Intimada para apresentar razões finais, a Sindicada o fez, sem requerimentos preliminares, pugnando pelo arquivamento do feito, por não restar comprovada qualquer conduta ilícita de sua parte (fls. 127/129).



O Presidente da Comissão Sindicante solicitou nova prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos, tendo sido deferido e regulado por meio da Portaria/CM nº. 46, de 03 de setembro de 2021, até 08/10/2021.

Elaborado o relatório final, a Comissão Sindicante, após analisar as provas acostadas e manifestações da Sindicada, verificou que houve a infração ao disposto no art. 154, I e 155, XII, da Lei Complementar nº. 23/2015, sugerindo a aplicação de pena de repreensão, por não entender que a conduta tenha sido gravosa ao ponto de aplicar pena mais severa (fls. 133/139).

É o relatório.

Fundamentação

As possíveis faltas imputadas aos servidores municipais indiciados nestes autos, constam da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015:

Art. 154. São deveres do servidor:

I - observar as leis e regulamentos;

[...]

Art. 155. É proibido ao servidor:

[...]

XII - deixar de observar a lei, em prejuízo alheio ou da administração municipal;

A análise do caso em tela implica na observância do que dispõe a legislação acerca dos direitos das crianças e adolescentes, o que se faz inicialmente quanto ao que dispõe a Constituição Federal de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

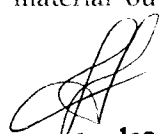
V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

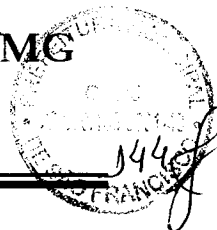
[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:


Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORIA MUNICIPAL



a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

[...]

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Código Civil assim disciplina acerca dos direitos da personalidade e da exposição da imagem, sem autorização:

Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

[...]

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

A lei 8.069/90, que institui o Estatuto da Criança e Adolescente, assim disciplina acerca do resguardo aos direitos da criança:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

[...]

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

[...]

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Observada a legislação vigente, percebe-se que assiste razão à avó da menor em relação à gravação do vídeo no qual constava a imagem e a fala da sua neta, tendo em vista que não se comprovou que tenha sido autorizado pelos responsáveis legais, que faticamente era ela, tendo em vista que a própria Sindicada afirma que ela possuía a guarda fática.



Nota-se, portanto, que o ato em si de gravar o vídeo da menor, no qual constava assunto alheio ao conteúdo escolar, sem a autorização da responsável legal, evidencia o descumprimento de preceito legal por parte da Sindicada.

Passando-se à análise das demais provas acostadas, em especial no tocante ao conteúdo do vídeo, não se percebe intensão de exposição vexatória da menor Lívia, posto que, conforme restou demonstrado, foi encaminhado apenas à sua avó, não tendo havido exposição maior.

Constatado o descumprimento de preceito legal por parte da servidora, implica analisar o que determina o Estatuto dos Servidores Municipais de São Francisco, no tocante às penalidades disciplinares:

165. São penalidades disciplinares:

- I - repreensão verbal pela chefia ou registro em Boletim de Ocorrência Funcional;
- II - suspensão;
- III - demissão ou rescisão de contrato;
- IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V - destituição de cargo em comissão ou de função pública.

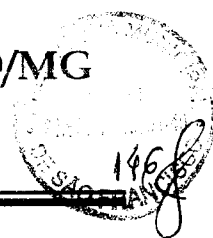
Observado o conteúdo do vídeo, que originou o presente processo, não se configura, no entanto, falta grave por parte da Sindicada, o que permite que sejam observadas em seu favor as circunstâncias constantes do Estatuto: “

Art. 166. Na aplicação das penalidades, bem como para efeito de sua substituição, serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Considerando que apesar de detectada a infração, não se configurou de gravidade que pudesse causar danos à imagem da menor envolvida, pode-se aplicar as atenuantes tocantes ao zelo e dedicação com os alunos, que restaram comprovados da conduta pregressa da Sindicada nestes autos, posto que não se tem registros de repreensões tocantes à sua prática funcional em sala de aula.

Desta forma, caberá a aplicação de repreensão por meio de registro em Boletim de Ocorrência Funcional, no qual deverá constar a infração cometida pela Sindicada, nos termos do que determina o Estatuto dos Servidores:


Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



Art. 167. A repreensão será aplicada verbal ou por registro em boletim de ocorrência, nos casos de descumprimento de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, que não justifique a imposição de penalidade mais grave, bem como nos casos de violação das proibições contidas nesta lei se o servidor não for reincidente e não serão objeto de registro nos prontuários do infrator, prevalecendo apenas para o processo de avaliação de desempenho.

[...]

Art. 192. Da sindicância poderá resultar:

[...]

V - aplicação de penalidade de repreensão ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

Conclusão

Por todo o exposto, considerando que a Sindicada não foi processada nesta Corregedoria, tendo como objeto a sua prestação de serviços na docência, apesar de comprovado o descumprimento de preceito legal, ao gravar vídeo de aluna, sem a autorização da responsável legal, o conteúdo do vídeo gravado não configura circunstância agravante, o implica, razão pela qual, evocando as circunstâncias atenuantes tocantes à competência profissional na docência, decido pela aplicação da penalidade menos gravosa de **REPREENSÃO FORMAL COM REGISTRO EM BOLETIM DE OCORRÊNCIA FUNCIONAL** da Sindicada **JANISE CUNHA AMORIM**, nos termos dos artigos 166, 167 c/c 192, V, da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015.

PUBLIQUE-SE o resumo da presente decisão no mural e no Diário da Associação Mineira dos Municípios - AMM, imprensa oficial deste município, nos termos da Lei nº. 3.145/2018.

INTIMEM-SE a Sindicada e sua defensora.

Encaminhe-se cópia da presente decisão à Direção do CEMEI Pedacinho do Céu, a fim de que promova a edição do Boletim de Ocorrência Funcional, nos termos do art. 179, III, da Lei Complementar nº. 23/2015, devendo encaminhar cópia para constar da pasta funcional da servidora no Departamento de Recursos Humanos.

Faz-se necessário encaminhar cópia da decisão à Secretaria Municipal de Educação, a fim de orientar ao secretário para que promova edição de Resolução ou Portaria interna, na qual deverão constar regramentos tocantes ao

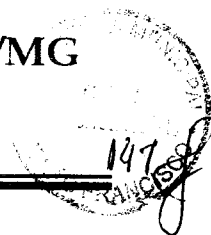


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

Rua Montes Claros n° 243 - Centro - CEP 39.300-000

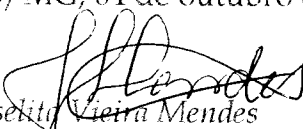


resguardo dos direitos das crianças e adolescentes, tomando-se o disposto na legislação mencionada nesta decisão.

Após o decurso do prazo legal, sem manifestação, ao arquivo.

PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

São Francisco/MG, 04 de outubro de 2021.


Joselito Vieira Mendes
Corregedora Municipal